

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SILVANA SERRA DE OLIVEIRA

ANÁLISE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA
MICRORREGIÃO DE DOURADOS NO PERÍODO DE 2005 A 2016

DOURADOS/MS
2019

SILVANA SERRA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA
MICRORREGIÃO DE DOURADOS NO PERÍODO DE 2005 A 2016**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:

Prof. Me. Alexandre de Souza Corrêa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48a Oliveira, Silvana Serra De

Análise de Indicadores Socioeconômicos da Microrregião de Dourados no período de 2005 a 2016 [recurso eletrônico] / Silvana Serra De Oliveira. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre de Souza Corrêa.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Desenvolvimento. 2. Crescimento. 3. Microrregião de Dourados. 4. Indicadores Socioeconômicos. I. Corrêa, Alexandre De Souza. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ANÁLISE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA MICRORREGIÃO DE
DOURADOS NO PERÍODO DE 2005 A 2016

SILVANA SERRA DE OLIVEIRA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof. Me. Alexandre de Souza Corrêa
Presidente

Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes
Avaliador (a)

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero
Avaliador (a)

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial ao meu pai
Ramão Alves de Oliveira e minha irmã
Simone Serra de Oliveira (*in memoriam*) que
estarão para sempre em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida que iluminou o meu trajeto durante esta jornada e pela oportunidade na conclusão de mais uma etapa em minha vida.

Ninguém foi mais importante para mim na busca deste projeto do que os membros da minha família. Gostaria de agradecer aos meus pais que desde criança me incentivaram em meus estudos, também minha irmã Simone que me apoiou e auxiliou aos cuidados de meu filho nos momentos de meus estudos, principalmente o meu filho pela compreensão de minha ausência e também pelo carinho de meu sobrinho Enzo.

Agradeço minha amiga Janice que por durante todo o período da faculdade sempre me incentivou e ajudou em minhas dificuldades. Também ao meu amigo Pedro que me apoiou em todos meus momentos.

Agradeço aos professores, em especial meu Orientador Prof. Alexandre, pelo tempo, paciência e persistência a mim dedicados, fazendo me continuar nos momentos de desânimos.

RESUMO

A importância de analisar o comportamento econômico de uma determinada região consiste em visualizar se o crescimento e desenvolvimento estão ocorrendo de forma equilibrada, se toda população está sendo beneficiada na melhoria na qualidade de vida e no bem-estar ou está havendo concentração de riquezas por uma minoria da população. Este trabalho apresenta uma análise sobre o comportamento socioeconômico dos municípios que compõem a Microrregião de Dourados e sua variação de 2005 a 2016, comparado com o estado de Mato Grosso do Sul e Brasil. O estudo bibliográfico buscou caracterizar o crescimento, o desenvolvimento e os indicadores socioeconômicos. O método utilizado na pesquisa foi o descritivo. Foi possível apontar os municípios em melhores e piores situações socioeconômicas e em qual variável está o problema da microrregião. Deste modo foi possível conhecer as vulnerabilidades dos municípios pertencentes à Microrregião de Dourados e assim auxiliar para possíveis políticas públicas e incentivos governamentais.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Crescimento; Microrregião de Dourados; Indicadores socioeconômicos.

ABSTRACT

The importance of analyzing the economic behavior of a given region is to see if growth and development are occurring in a balanced way, if the whole population is benefiting from improved quality of life and well-being, or a concentration of wealth by a minority of the population. This work presents an analysis of the socioeconomic behavior of the municipalities that compose the Dourados Microregion and its variation from 2005 to 2016, compared to the state of Mato Grosso do Sul and Brazil. The bibliographic study sought to characterize growth, development and socioeconomic indicators. The method used in the research was the descriptive. It was possible to point out the municipalities in better and worse socioeconomic situations and in which variable is the problem of the microregion. In this way it was possible to know the vulnerabilities of the municipalities belonging to the Microregion of Dourados and thus help for possible public policies and governmental incentives.

Keywords: Development; Growth; Microregion of Dourados; Socioeconomic indicators.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Quantidade de Municípios da Microrregião de Dourados por Grau de Desenvolvimento (2005 e 2016).....	33
---	----

LISTAS DE TABELAS QUADROS

Tabela 01: Microrregião de Dourados: Municípios e População (2018).....	23
Quadro 01: Dados que compõe o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (por área de desenvolvimento).....	25
Tabela 02: Características Sociais Microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul e Brasil (2010) – Dados selecionados.....	26
Tabela 03: Produto Interno Bruto (PIB)*, População e Taxa de Participação de Mato Grosso do Sul e da Microrregião de Dourados e seus municípios (2005-2015).....	28
Tabela 04: Área plantada de lavoura temporária e quantidade produzida de soja em Mato Grosso do Sul, na Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005 e 2016).....	29
Tabela 05: Variação do número de empregos por setor de atividade em Mato Grosso do Sul e na Microrregião de Dourados e seus municípios (2005-2016).....	31
Tabela 06: Classificação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil, Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005-2016).....	32
Tabela 07: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil, Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005-2016).....	34

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIRJAN - Federação de Indústria do Estado do Rio de Janeiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
MS – Mato Grosso do Sul
OCDE - Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
PDFF - Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PIB - Produto Interno Bruto
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNSD - Divisão de Estatística das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
2.2 O USO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	19
3 METODOLOGIA	23
3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	23
3.2 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul está localizado no centro oeste do Brasil e é dividido em mesorregiões e subdividido em microrregiões para melhor organização espacial devido as suas estruturas sociais ou econômicas de acordo com a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado possui quatro mesorregiões: Centro-Norte de Mato Grosso do Sul (Microrregiões de Alto Taquari e Campo Grande); Leste de Mato Grosso do Sul (Microrregiões de Cassilândia, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas); Pantanais de Mato Grosso do Sul (Microrregiões de Aquidauana e Baixo Pantanal); e Sudoeste de Mato Grosso do Sul (Microrregiões de Bodoquena, Dourados e Iguatemi) (IBGE, 1990).

O presente trabalho tem por objetivo estudar a dinâmica do desenvolvimento econômico e social dos municípios que fazem parte da Microrregião de Dourados. A Microrregião é constituída por 15 municípios: Amambaí; Antônio João; Aral Moreira; Caarapó; Dourados; Douradina; Fátima do Sul; Itaporã; Juti; Laguna Carapã; Maracaju; Nova Alvorada do Sul; Ponta Porã; Rio Brilhante e Vicentina.

O município de Dourados é o município do interior do estado de Mato Grosso do Sul (MS) melhor colocado no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2010) e 2º colocado no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2018), ambos os índices mensuram aspectos econômicos e sociais, destacando a saúde, educação e renda. Com isso, Dourados acaba se tornando um polo que influencia os demais municípios (IBGE, 2016).

O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. As fontes de dados do IFDM são oficiais e sua metodologia permite a comparação quantitativa serial e temporal dos municípios analisados, possibilitando inclusive a agregação por Estados. Seu índice oscila de 0 a 1, sendo suas classificações distribuídas de 0 a 0,4 Desenvolvimento Baixo; 0,4 a 0,6 Desenvolvimento Regular; 0,6 a 0,8 Desenvolvimento Moderado; e 0,8 a 1,0 Desenvolvimento Alto (FIRJAN, 2018). Em 2016 o IFDM da Microrregião de Dourados representou 0,709 superando a média estadual e nacional de 0,696 e 0,667, respectivamente.

O IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), baseia-se em dados do censo demográfico, realizado apenas a cada dez anos, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) o índice que particulariza o desenvolvimento dos municípios. No IDH-M a média dos municípios que compõe a Microrregião de Dourados é 0,687, em 2010, situando na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). No entanto, o valor médio apresentado na Microrregião

está abaixo do valor estadual (0,729) e nacional (0,727). A dimensão que mais contribui para o IDH-M da Microrregião é a Longevidade (saúde), com média de 0,820, seguida da Renda, com índice de 0,692, e de Educação, com índice de 0,572 (PNUD, 2013).

Os números vistos desta maneira podem de imediato conduzir para uma precipitação de leitura, mas, para avaliar a realidade social é preciso mais que apenas as referências numéricas apontadas pelos indicativos. Nesse sentido, o uso de indicadores sociais e econômicos pode contribuir na atuação do Estado para a formulação de políticas públicas, se tornando relevante para investigar as características socioeconômicas dos municípios que compõem a Microrregião de Dourados, de modo que seja possível contextualizá-lo dentro dos parâmetros do Estado do Mato Grosso do Sul e Brasil.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Por muitas décadas tem sido argumentado que somente a dimensão estritamente econômica poderia fornecer uma explicação efetiva da realidade complexa, e a mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) desempenhou um papel central na definição, implementação e avaliação dos efeitos das ações dos governos em todo o mundo. A partir da década de 1990, no entanto, reconheceu-se que o PIB mensurava somente o crescimento econômico, em termos de renda, mas não o bem-estar social, como qualidade de vida e educação de uma sociedade. Algumas iniciativas em vários países têm tentado desenvolver novos métodos de medição do bem-estar social e econômico, em que o desenvolvimento econômico, social e ambiental é atribuído a mesma importância de se medir a produção interna de um país (SOUZA, 2012)

Nesse contexto, a preocupação com o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade tem-se destacado entre os países, em que somente a riqueza econômica se tornou insuficiente para explicar as condições de vida da população, uma vez que, altas concentrações de renda sugerem altas desigualdades sociais. Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a seguinte questão: Como está a evolução da Microrregião de Dourados nos indicadores sociais e econômicos em relação ao Mato Grosso do Sul e Brasil?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar sobre o comportamento socioeconômico dos municípios que compõem a Microrregião de Dourados e sua variação de 2005 a 2016, comparado com o estado de Mato Grosso do Sul e Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mensurar os dados sobre educação, saúde e renda na Microrregião de Dourados;
- Verificar a situação econômica e social da Microrregião de Dourados por meio de indicadores socioeconômicos;
- Comparar os indicadores sociais e econômicos dos municípios pertencentes à Microrregião.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os fatores socioeconômicos são ilustres ferramentas para a estruturação de políticas e programas de planejamento municipais e estaduais, englobando a esfera civil da sociedade. Seguindo esse raciocínio, o presente trabalho tem como principal foco discutir o desempenho dos municípios que compõe a Microrregião de Dourados frente aos "Indicadores Socioeconômicos da Microrregião". O *status* socioeconômico tem sido operacionalizado de várias maneiras, mais comumente como educação, classe social ou renda.

Estudos como de Veiga (2005), Vieira (2009), Souza (2012), Barbosa (2012) e Jannuzzi (2004), mostraram que, na análise das desigualdades na população geral, a escolha de indicadores influencia a magnitude das desigualdades observadas. A variável renda, por exemplo, é um indicador importante para tal mensuração, mas é preciso outras variáveis de qualidade de vida, como taxa de pobreza, acesso à educação, condições de moradia, para compreender a magnitude da desigualdade.

Assim, os indicadores socioeconômicos medem as condições econômicas e o ambiente sociocultural em que as pessoas vivem. Nesse estudo, também é dada atenção específica à identificação de ferramentas e métodos que podem apoiar para encontrar possíveis soluções para melhorar o desenvolvimento da Microrregião.

Embora o tema seja particularmente popular em período de crises econômicas, o presente estudo pretende contribuir para identificar ferramentas de medição de impacto

apropriadas para Microrregião de Dourados. Portanto, abordaram-se diferentes temas, a partir de uma breve revisão teórica sobre o conteúdo, tendo como base a definição de impacto social e os processos de medição e conhecimento implícito.

Usados de maneira coerente, os Indicadores Sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção. Assim, o trabalho busca apontar possibilidades de ampliar o conhecimento em torno do significado, dos limites e potencialidades que os indicadores sociais podem contribuir para os diversos agentes e instituições envolvidas na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do orçamento público.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De acordo com a linha de pensamento de Sen (2000), um diagnóstico para o desenvolvimento valoriza a liberdade, essa liberdade condiz pela ausência de privações nas escolhas e do melhor jeito de viver para cada pessoa, ou seja, o desenvolvimento deve proporcionar o bem-estar. Sendo o crescimento econômico um fator predeterminante para o desenvolvimento, porém é somente o ponto de partida para um real desenvolvimento, uma vez que é preciso atentar para fatores sociais que interferem na vida de todos os indivíduos.

Souza (2012), apresenta duas correntes de pensamento econômico para a definição de desenvolvimento. A primeira corrente apoiada pelos economistas neoclássicos, como Meade e Solow e também pelos adeptos da teoria keynesiana como Harrod, Domar e Kaldor acreditavam que o desenvolvimento ocorria na mesma proporção do crescimento, ou seja, para esses, crescimentos e desenvolvimento são os mesmos. A segunda corrente apoiadas por economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal, Nurkse, Prebisch, Furtado, Singer, autores da Cepal, seguidores de Marx e também os economistas do desenvolvimentismo, acreditavam que o crescimento não pode explicar o desenvolvimento, pois para o crescimento basta o aumento do produto monetário, enquanto o desenvolvimento se atenta a questões sociais, portanto preocupam-se com a qualidade e não apenas com a quantidade.

Souza (2005), corrobora que essa tarefa ainda continua, mas o clima de opinião, organização econômica e política se modificaram. Algumas das suposições e critérios sobre a base de qual o investimento ocorreu no décimo nono e vigésimo séculos já não são válidos, outros não são mais aceitos como válidos, e ainda outros são completamente errados, tanto no subdesenvolvido e sociedades avançadas.

Montibeller (1999, p. 05) complementa que o desenvolvimento é um processo complexo que deve ser considerado para a aplicação de uma política pública:

Se, por exemplo, desenvolver fosse concebido como sendo, simplesmente, o acréscimo da produção e da produtividade, bastaria observar o comportamento destas variáveis para se concluir acerca da verificação ou não de um processo de desenvolvimento. Desde logo nota-se o quanto este procedimento significa reducionismo “economicista” e como ele pode induzir a uma política pública que desconsidere totalmente os aspectos sociais.

Segundo Sandroni (1994), o que confunde o problema do desenvolvimento econômico em nosso tempo, não é tanto uma mudança nos pré-requisitos básicos do crescimento econômico, mas uma mudança nas atitudes dominantes em relação a isso. Logo, o papel do Estado no planejamento e execução de políticas públicas se torna fundamental para que seja possível a compreensão do processo de desenvolvimento.

Thomas (2000, p.14), afirma que:

O modo pelo qual o crescimento é gerado é muito importante. A qualidade do processo de crescimento, não apenas seu andamento, afeta os resultados do desenvolvimento (...) o andamento do crescimento tem sido mais sustentável nos países em desenvolvimento e industrializados, que se preocupam com os atributos qualitativos do processo de crescimento. De fato, há um relacionamento de mão dupla entre o crescimento econômico e as melhorias nas dimensões sociais e ambientais.

O crescimento econômico refere-se ao aumento do valor de tudo produzido na economia. Implica o aumento anual do Produto Interno Bruto (PIB) do país, em termos percentuais. Implica em um aumento considerável do produto nacional per capita, durante um período, ou seja, a taxa de crescimento da produção total deve ser maior do que a taxa de crescimento da população. Conforme Sandroni (1994, p. 141):

Crescimento econômico é aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Segundo Vieira (2009), o crescimento econômico é frequentemente contrastado com o desenvolvimento econômico, que é definido como o aumento da riqueza econômica de um país ou de uma área particular, para o bem-estar de seus residentes. O crescimento econômico, também pode apresentar indicativos pela mensuração da força de trabalho, pois a geração de emprego e renda são importantes para estimular o consumo e conseqüentemente à produção interna do país.

O crescimento econômico é, então, uma medida quantitativa que mostra o aumento no número de transações comerciais em uma economia. Por isso, ele pode ser expresso em termos de Produto Interno Bruto (PIB), o que ajuda a medir o tamanho da economia. O crescimento econômico é definido como a capacidade de uma economia produzir mais e mais

bens e serviços. Pode ser expresso como uma expansão das possibilidades de produção da economia, isto é, sua fronteira de possibilidades de produção move-se para fora e após seu deslocamento pode se produzir mais de tudo (SOUZA, 1999).

No caso do desenvolvimento, pode se observar como um resultado do aumento na qualidade e quantidade de recursos e no avanço da tecnologia produtiva. Para Furtado (2000), o desenvolvimento econômico é um processo que está em constante transformação estruturais dos meios de produção. Estas transformações geram melhorias de renda e de inovações tecnológicas e conseqüentemente, melhoras no mercado de trabalho, na produtividade, na renda e no bem-estar social. Entretanto, o Estado tem papel fundamental para incentivar investimentos no intuito de gerar maior oferta de produção em conjunto com melhor distribuição de renda.

Na concepção geral, para Vieira (2009), pode haver crescimento sem desenvolvimento, desenvolvimento sem crescimento e crescimento com desenvolvimento econômico, mas o olhar não é o mesmo e, por isso, é necessário explicar as diferenças e semelhanças entre eles. O crescimento da economia é um aspecto essencial do desenvolvimento econômico, quando a renda dos países aumenta, seus benefícios também aumentam, através da aquisição de meios para estabelecer necessidades básicas, como educação, saúde, transporte e moradia de qualidade.

Souza (1999), argumenta que o crescimento econômico é uma condição essencial para que haja desenvolvimento econômico, mas não suficiente. Pois, o desenvolvimento só é possível por meio da geração de renda (crescimento), de melhor distribuição de renda, e outros aspectos que contribua para melhorar o bem-estar social. Assim, conforme a riqueza de um país cresce, e ocorre a igualdade de distribuição da mesma, tende a gerar desenvolvimento.

Vasconcelos (2011), aponta que a economia do desenvolvimento pode ser definida como de uso de análise econômica para entender os problemas dos países pobres, bem como para suprir elementos de ação para a política econômica em essas áreas.

Souza (1999), salienta que nas últimas décadas, o progresso da teoria do crescimento deslocou muitas das reflexões da teoria do desenvolvimento para temas comuns com a teoria do crescimento, produzindo assim uma grande convergência teórica.

Jannuzzi (2004), enfatiza que o problema econômico é um exame sistemático das várias maneiras pelas quais o conceito da economia tem sido percebido por escritores diferentes, a fim de avaliar por nós mesmos as abordagens para o problema do desenvolvimento econômico em cidades ou países subdesenvolvidos.

Na visão de Souza (1999), as modificações devem acompanhar o crescimento econômico, sendo este contínuo e superior às taxas de crescimento demográfico. Em longo prazo é gerada maior força à economia nacional, ampliação da economia de mercado e produtividade. Consequentemente, há uma maior participação do mercado interno no cenário econômico mundial e, dadas as transformações em escala social e econômica, há elevação do padrão de vida populacional e aumento dos níveis de salário e renda. No entanto, o desenvolvimento deve abranger a distribuição de renda e produto à população, em termos de produtividade e qualidade de vida.

Vasconcelos (2011), define que o crescimento e desenvolvimento econômico estão contidos nas análises do crescimento total do país, porém com características diferentes, enquanto um olha apenas para a economia de maneira monetária e quantitativa o outro tem como foco indicadores sociais, subjetivos de certa maneira, que classificam as questões qualitativamente.

De acordo com Veiga (2005), o desenvolvimento econômico indica a melhoria do bem-estar ou a qualidade de vida das pessoas, de como está sendo feita a distribuição de renda, do acesso igualitário a saúde, a educação, do incentivo à pesquisa de teor científico e tecnológico entre outros fatores sociais.

Segundo o IPEA (2006), a economia brasileira experimentou crescimento desde 2000 e melhoria de todas as suas variáveis, embora seja verdade que afetadas pela crise, o crescimento foi reduzido desde 2011. Além disso, o peso de sua economia dentro da economia sul-americana como um todo foi aumentada, o PIB em 2011 representava 43% do PIB total da América Latina.

2.2 O USO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

De acordo com Jannuzzi (2004), a partir dos anos de 1940 houve uma intensificada busca para a definição do modo da qualidade de vida no aspecto social e econômico por parte de instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), como as das fundações e agências nacionais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre outros. Em cerca de 1960 devido ao

“Movimento de Indicadores Sociais” surgiu uma nova perspectiva de mensuração do desenvolvimento através de relatórios sociais que auxiliava os governos na melhor forma de distribuição da promoção social e da organização da economia.

Segundo Jannuzzi (2004), por volta de 1980 os indicadores sociais tiveram uma grande adesão por parte de universidades, centro de pesquisas, sindicatos e agências com teor público que passaram a amplificar os estudos dos indicadores por métodos qualitativos e quantitativos que se aprimoraram e são utilizados até os dias de hoje.

Para Jannuzzi (2004, p.15) “(...) Indicador Social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”. Para mensurar os indicadores socioeconômicos o autor prepondera que o bem-estar é um fenômeno complexo, multidimensional, com grandes dificuldades de mensuração e monitoramento. A definição é uma combinação de componentes muito diferentes, que também podem assumir diferentes significados, em diferentes contextos culturais.

Até a primeira metade do século XX os indicadores eram direcionados apenas para a quantificação econômica, contudo, não são capazes, por si só, de proporcionar justiça social e melhoria da qualidade de vida da população. As contradições entre a expansão econômica e os distúrbios sociais criaram a necessidade de averiguar de forma mais aprofundada a realidade social, e os indicadores sociais contribuem significativamente para que esse objetivo seja alcançado. A utilização de indicadores sociais como subsídio na elaboração do planejamento governamental motivou o aumento na demanda por dados sociais e propagou-se por vários outros países durante a década de 1970. Os sistemas nacionais de produção de indicadores de estatística aderiram novas dimensões investigativas abrangendo indicadores sociais. Segundo Jannuzzi (2004, p.138) “os indicadores prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo”.

Os resultados das avaliações de vários indicadores unidos podem proporcionar um diagnóstico efetivo da realidade social. Através da realização do diagnóstico é possível definir a política pública mais adequada para a intervenção social e definir indicadores que permitam a avaliação final da intervenção realizada, o acompanhamento e monitoramento da implementação da referida política pública. Devido ao modelo descentralizado administrativo e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local, tem aumentado a demanda por indicadores sociodemográficos pelos municípios para subsidiar a elaboração de diversos planos de desenvolvimento local (JANNUZZI, 2004).

Souza (1999), aponta que a desconcentração ocorrida no Brasil na década de 1970 resultou em grandes diferenças sociopolítico econômico, pois foi conduzida principalmente pelos municípios e estados, e esses por sua vez tinham seus objetivos próprios.

Conforme pensamento de Souza (2012), a tendência do indicador ao longo dos anos para um dado território é diretamente proporcional às mudanças na população residente como a área do território de referência não varia. No entanto, comparado com o simples número de residentes em um território, a densidade da população residente permite comparações entre diferentes territórios.

Barbosa (2012), dilucida que tanto é assim que uma definição unívoca universalmente aceita não existe, sendo que cada área geográfica poderia atribuir importância a dimensões que em outras áreas podem não ser particularmente relevantes do ponto de vista da dinâmica social.

Contudo, a aplicabilidade dos indicadores sintéticos como instrumentos de avaliação da efetividade social das políticas públicas ou como instrumento de alocação prioritária do gasto social está sujeita a fortes questionamentos (GUIMARÃES e JANNUZZI, 2005).

De acordo com Barbosa (2012, p. 39):

(...) é importante ressaltar que há dois conceitos de distribuição de renda distintos. O primeiro deles é a distribuição funcional da renda, que analisa como a renda de uma nação é repartida entre as remunerações dos fatores de produção, classicamente salários, lucros e renda da terra. O segundo conceito consiste na distribuição pessoal da renda, que nada mais é do que a distribuição da renda entre os indivíduos da nação. Como os dados sobre as rendas pessoais são declarados, sabe-se que a distribuição pessoal da renda acaba dando conta apenas da renda do trabalho, não captando bem a renda do capital e da terra.

A medição precisa do bem-estar é um requisito para a implementação de políticas sociais, que graças a ações direcionadas nas áreas geográficas mais críticas, podem levar a uma melhoria gradual nas condições de vida dos cidadãos (GUIMARÃES e JANNUZZI, 2005).

No Brasil, segundo Santagada (2007), a utilização de indicadores no planejamento governamental só ocorreu a partir de 1975, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o governo brasileiro propôs uma política de redução de desigualdades, priorizando o crescimento econômico e posteriormente uma maior distribuição de renda. No entanto, esta política não teve efeitos significativos na distribuição de renda brasileira. E, a partir da década de 1980, com as recorrentes crises externas advindas dos elevados preços do petróleo em 1970, a dívida externa do país se elevou, ocorrendo crises internas.

Desde meados da década de 1990, o progresso social tem sido constante, com uma queda na pobreza extrema e na desigualdade de renda e riqueza. O Brasil tem sido um dos poucos países em rápido crescimento comparando-se o declínio do coeficiente dos últimos quinze anos (IPEA, 2006).

3 METODOLOGIA

O método de estudo deste trabalho, foi o método descritivo, que segundo Perovano (2014) este tipo de método propõe identificar e analisar os aspectos ou variáveis que podem estar relacionadas com o objeto de estudo. Assim, a coleta de dados secundários em fontes confiáveis, auxilia no envolvimento entre os dados e o objeto de investigação.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Com relação à área de estudo o trabalho teve como foco analisar a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Microrregião de Dourados localizada no estado de Mato Grosso do Sul e composta por 15 municípios, que representam 20,91% da população do estado, como se pode observar na Tabela 01:

Tabela 01 – Microrregião de Dourados: Municípios e População (2018)

Microrregião Dourados (Municípios)	População Estimada (2018)	Percentual Populacional (Microrregião)	Percentual Populacional (MS)
Amambai	38.958	6,78	1,42
Antônio João	8.891	1,55	0,32
Aral Moreira	11.963	2,08	0,44
Caarapó	29.743	5,18	1,08
Douradina	5.889	1,02	0,21
Dourados	220.965	38,45	8,04
Fátima do Sul	19.234	3,35	0,70
Itaporã	23.886	4,16	0,87
Juti	6.638	1,16	0,24
Laguna Carapã	7.267	1,26	0,26
Maracaju	45.932	7,99	1,67
Nova Alvorada do Sul	21.300	3,71	0,78
Ponta Porã	91.082	15,85	3,31
Rio Brilhante	36.830	6,41	1,34
Vicentina	6.067	1,06	0,22
Microrregião Dourados	574.645	100,00	20,91
Mato Grosso do Sul	2.748.023	-	100,00

Fonte: IBGE (2018). Adaptado pela autora.

Pela Tabela 01, pode-se verificar que o município de Dourados, é o que mais concentra população (8,04%) em relação ao estado de Mato Grosso do Sul, sendo o município polo da Microrregião, seguido pelo município fronteiriço de Ponta Porã (3,31%). No âmbito

microrregional, o polo de Dourados concentra 38,45% da população, considerado também, como o segundo maior município de Mato Grosso do Sul.

3.2 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

As fontes de dados referentes aos aspectos demográficos dos municípios da Microrregião de Dourados também foram importantes para analisar o perfil socioeconômico da Microrregião. Dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado em conjunto com o Programa das Nações Unidas (PNUD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Para compreender o desenvolvimento econômico e social da Microrregião de Dourados, foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre os anos de 2006 e 2016. Criado pela Federação de Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o objetivo do IFDM é mensurar anualmente o grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, considerando três óticas do desenvolvimento: Educação, Saúde e Emprego & Renda com base em dados oficiais disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

O resultado do IFDM varia de zero a um, sendo que, quanto mais desenvolvido município mais próximo de um será seu resultado. Nesse sentido, o índice é categorizado em quatro faixas de desenvolvimento: **i) Baixo Desenvolvimento**, os valores variam entre 0 a 0,400; **ii) Desenvolvimento Regular**, municípios que apresentam valores entre 0,400 e 0,600; **iii) Desenvolvimento Moderado**, índice entre 0,600 e 0,800; e **iv) Alto Desenvolvimento**, municípios que apresentam valores superiores a 0,800. Pelo Quadro 01, é possível verificar a organização dos dados que fazem parte do IFDM.

Quadro 01 – Dados que compõe o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (por área de desenvolvimento)

Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
Geração de Emprego Formal	Matrículas na Educação Infantil	Número de consultas pré-natal
Absorção de mão de obra local	Abandono no Ensino Fundamental	Óbitos por causas mal definidas
Geração de Renda Formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos Infantís por causas evitáveis
Salários Médios do Emprego Formal	Média de horas aula no Ensino Fundamental	Internação sensível à atenção básica.
Desigualdade	Resultado do IDEB no Ensino Fundamental	
Dados: Ministério do Trabalho e Emprego	Dados: Ministério da Educação	Dados: Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN (2018) e Santos et. al (2018).

Baseando-se no estudo de Santos et. al (2017) sobre o IFDM para as macrorregiões do estado de Mato Grosso, por meio do conjunto de dados mensurados pelo FIRJAN (2018), foi possível verificar a qualidade educacional e da saúde dos municípios que fazem parte da Microrregião de Dourados, bem como analisar a qualidade do emprego e da economia local.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS

Conforme dados da Tabela 02, o último censo demográfico brasileiro do ano de 2010 destaca que a Microrregião de Dourados apresenta problemas sociais relevantes, que necessitam ser analisados para melhorar o nível de condições de vida da população.

Tabela 02 - Características Sociais Microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul e Brasil (2010) – Dados selecionados

Vulnerabilidade Social	Microrregião Dourados (2010)	Mato Grosso do Sul (2010)	Brasil (2010)
Crianças e Jovens			
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa.	34,40	34,50	33,34
Família			
% de crianças extremamente pobres.	12,12	6,34	11,47
% Mortalidade Infantil	19,33	18,14	16,70
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	5,07	3,84	2,89
Taxa de Envelhecimento (%)	6,95	6,62	7,36
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza.	35,52	26,83	32,56
Condições de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada.	88,80	93,76	87,16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2017). Matoso et. al (2018).

De acordo com a Tabela 02, o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis é de 34,40% sendo similar à média estadual de 34,50% e acima da média nacional em 1,06%. Possivelmente, essa faixa etária são pessoas dependentes de outras assalariadas ou de programas de auxílio do governo. Ainda considerando que esses indivíduos não estudam, há probabilidade maior de os mesmos serem inseridos no mercado de trabalho com remunerações baixas, mão de obra sem qualificação e em emprego informal.

Em relação ao percentual de crianças extremamente pobres, a Microrregião de Dourados possuiu 12,12%, ultrapassando a média nacional de 11,47% e em duas vezes a mais que a média estadual de 6,34% (Tabela 02). Essa situação torna-se preocupante na Microrregião, uma vez que as crianças que vivem em situações precárias necessitam de uma atenção especial dos órgãos públicos, que possuem a responsabilidade de conseguir reduzir ou até erradicar esse índice.

Se tratando do percentual de mortalidade infantil, a Microrregião de Dourados apresenta mais uma vez taxa superior: 19,33% comparado com Mato Grosso do Sul de 18,14% e do Brasil de 16,70%. Assim, por ter um número elevado de crianças em condições de pobreza extrema, isso vem a agregar um número maior de crianças que vem a óbito, muitas vezes por viver em situações precárias (Tabela 02).

A Microrregião de Dourados apresenta um percentual de 5,07% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, 1,23% acima da média estadual e 2,18% da média nacional (Tabela 02). O percentual supera a média do estado e do país, de pré-adolescentes e adolescentes que interrompem seus estudos para cuidarem de seus filhos, e em geral desempregadas, pois ainda não têm idade de terem suas rendas próprias e como consequência a maioria não consegue retornar aos seus estudos.

Conforme os dados da Tabela 02 a taxa de envelhecimento da população da Microrregião de Dourados é de 6,95%, taxa maior do que a estadual e menor que a nacional de 6,62% e 7,36%, respectivamente. Número praticamente equiparado ao estadual e nacional. A Microrregião de Dourados possui mais de um terço da população vulneráveis a pobreza, média de 35,52% número maior que a média de Mato Grosso do Sul 26,83%, e também do Brasil 32,56%. Essa condição da Microrregião é bem preocupante, pois é muito alto o índice, como no estado e país, assim pessoas vivem em escassez das condições básicas e suplementares da vida humana.

Já em relação ao percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada a Microrregião de Dourados (88,80%) tem valores menores do que o estado (93,76%), contudo, maior que a média nacional (87,16%). Isso reflete que 11,20% das pessoas que moram na Microrregião vivem em situações subumanas, sem condições de uma vida digna. Numa análise geral da Tabela 02 os dados da situação social da Microrregião de Dourados estavam em 2010 na média ou acima dos dados estadual e nacional, assim posicionando a Microrregião em uma situação delicada e que precisa receber mais atenção em termos de políticas públicas.

No âmbito econômico, com base nos dados da Tabela 03, a Microrregião de Dourados apresentou em 2005 uma participação de 20,42% do Produto Interno Bruto de Mato Grosso do Sul e de 22,47% no ano de 2015, ocorrendo um leve aumento de 2,05% durante os dez anos da análise. Quanto à população houve uma variação de 1,3% de 2005 para 2015, sendo a população em 2005 de 19,41% e em 2015 de 20,76%. As cidades com maiores números populacionais são Dourados, Ponta Porã e Maracaju, representando 8,03%, 3,27% e 1,62% respectivamente. Destaque para o município de Maracaju que teve a maior variação

percentual de crescimento populacional da Microrregião de Dourados de 2005 a 2015 de 0,37%, seguidos por Ponta Porã 0,3% e Nova Alvorada do Sul 0,23%. E assim dentro do período da análise, os municípios que obtiveram a maior variação na taxa de participação do PIB do estado de Mato Grosso do Sul foram Nova Alvorada do Sul (0,66), Dourados (0,64) e Rio Brilhante (0,48). Os crescimentos tanto da população e quanto do PIB da Microrregião de Dourados foram acima do aumento apresentado pelo estado, a microrregião aumentou seu PIB em 3,85 vezes a mais, à medida que o estado aumentou em 3,5 vezes a mais e em relação à população o aumento foi de 25% e 17% respectivamente.

Tabela 03– Produto Interno Bruto (PIB)*, População e Taxa de Participação de Mato Grosso do Sul e da Microrregião de Dourados e seus municípios (2005-2015)

Unidades Locacionais	2005				2015			
	PIB	Part. (%)	Pop.	Part. (%)	PIB	Part. (%)	Pop.	Part. (%)
Amambai	234	0,99	31.697	1,40	785	0,94	37.590	1,42
Antônio João	43	0,18	7.892	0,35	192	0,23	8.679	0,33
Aral Moreira	142	0,60	8.049	0,36	457	0,55	11.399	0,43
Caarapó	253	1,07	19.587	0,86	1.066	1,28	28.437	1,07
Douradina	44	0,19	4.726	0,21	104	0,12	5.723	0,22
Dourados	1.929	8,13	183.096	8,09	7.284	8,77	212.870	8,03
Fátima do Sul	113	0,48	17.204	0,76	357	0,43	19.220	0,72
Itaporã	161	0,68	17.740	0,78	578	0,70	22.896	0,86
Juti	36	0,15	4.798	0,21	171	0,21	6.399	0,24
Laguna Carapã	109	0,46	6.090	0,27	379	0,46	7.017	0,26
Maracaju	632	2,66	28.236	1,25	2.055	2,47	43.078	1,62
Nova Alv. do Sul	169	0,71	11.646	0,51	1.138	1,37	19.656	0,74
Ponta Porã	582	2,45	67.190	2,97	2.255	2,71	86.717	3,27
Rio Brilhante	366	1,54	26.816	1,18	1.682	2,02	34.776	1,31
Vicentina	30	0,12	4.837	0,21	169	0,20	6.027	0,23
Mic. Dourados	4.845	20,42	439.604	19,41	18.672	22,47	550.484	20,76
Mato G. do Sul	23.725	100,00	2.264.468	100,00	83.082	100,00	2.651.235	100,00

* x1.000.

Fonte: IBGE (2018). Adaptado pela autora.

Como observado na Tabela 03, os municípios que mais se destacaram em termos econômicos foram, Dourados com 8,13% de participação do PIB estadual, Maracaju 2,66% e Ponta Porã 2,45% no ano de 2005, já em 2015 os mesmos três municípios obtiveram as maiores participações no PIB estadual, Dourados com 8,77% e houve apenas uma inversão da posição entre Ponta Porã e Maracaju, o primeiro com 2,71% e o seguinte com 2,47%. Os municípios que menos se destacaram foram: Douradina, Vicentina e Juti com 0,12%, 0,20% e 0,21%, respectivamente. Os três municípios com maiores participações no PIB estadual possuem os maiores números de habitantes, possuem também o maior movimento econômico

por causa de indústrias e fábricas, todavia os três municípios com menores índices populacionais da Microrregião de Dourados possuem menores participações do PIB estadual.

A Tabela 04 apresenta a área plantada em hectares de soja e sua quantidade produzida em toneladas na Microrregião de Dourados de 2005 a 2016. Em 2005 a área plantada total da Microrregião representava 52,77% de Mato Grosso do Sul e 2,56% do Brasil, já em 2016 a área plantada foi de 52,36% do estado e 3,34% da nacional. A produção de soja em 2005 correspondia 49,54% e 3,59%, em 2016 aumentou para 51,78% e 3,96% no Mato Grosso do Sul e Brasil respectivamente. Logo verifica que em relação ao estado de MS a proporção da área plantada teve uma pequena redução, contudo a proporção referente à produção teve um leve aumento.

De 2005 para 2016 a variação da área plantada aumentou em 57,18% nos municípios da Microrregião, 58,43% no estado e 20,29% no país e a produção em toneladas de soja correspondeu a mais 107,70% na Microrregião, 98,74% no estado, e 88,34% no Brasil. Portanto, a agricultura na Microrregião teve uma variação positiva em sua área plantada e na produtividade no decorrer da análise.

Tabela 04 - Área plantada de lavoura temporária e quantidade produzida de soja em Mato Grosso do Sul, na Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005 e 2016)

Local	Área Plantada (Ha)		Produção de Soja (T)		Variação (%)	
	2005	2016	2005	2016	Área Plantada (Ha)	Prod. Soja (T)
Amambai	48.696	104.175	58.320	206.370	113,93	253,86
Antônio João	22.558	52.378	21.514	90.416	132,19	320,27
Aral Moreira	110.256	185.102	146.310	340.080	67,88	132,44
Caarapó	130.233	182.489	142.129	252.000	40,13	77,30
Douradina	17.931	25.600	15.770	35.100	42,77	122,57
Dourados	251.256	315.742	291.600	518.100	25,67	77,67
Fátima do Sul	15.527	18.943	17.550	26.600	22,00	51,57
Itaporã	99.455	151.458	97.760	247.716	52,29	153,39
Juti	22.049	38.852	23.200	43.500	76,21	87,50
Laguna Carapã	105.676	169.536	153.000	236.880	60,43	54,82
Maracaju	292.573	515.019	340.000	773.400	76,03	127,47
Nova A. do Sul	73.720	135.927	60.800	82.500	84,38	35,69
Ponta Porã	208.960	382.515	243.976	618.360	83,06	153,45
Rio Brillhante	240.626	297.365	222.750	343.200	23,58	54,07
Vicentina	8.043	14.577	7.740	12.470	81,24	61,11
Micr. Dourados	1.647.559	2.589.678	1.842.419	3.826.692	57,18	107,70
Mato G. do Sul	3.121.663	4.945.499	3.718.514	7.389.990	58,43	98,74
Brasil	64.319.313	77.369.664	51.182.074	96.394.820	20,29	88,34

Fonte: IBGE (2005; 2016). Elaborada pela autora.

Pela Tabela 04 é possível verificar que os municípios de Antônio João, Amambai e Nova Alvorada do Sul entre 2005 a 2016 obtiveram a maior variação percentual positiva em área plantada, e se tratando da variação de produção de soja, Antonio João e Amambai foram os maiores produtores, contudo o município de Nova Alvorada do Sul mesmo sendo um dos municípios que mais aumentou sua área plantada de soja, teve a menor variação entre todos os municípios da Microrregião, portanto, o problema pode ser devido às condições climáticas ou pragas na plantação de soja do município. Os municípios com maiores hectares plantados de soja em 2005 era Maracaju com 17,75%, Dourados 15,25% e Rio Brillhante com 14,60% e em 2016, Maracaju, Ponta Porã e Dourados, 19,88%, 14,77% e 12,19% respectivamente e os com menores áreas plantadas tanto em 2005 como em 2016 foram Vicentina (0,48% e 0,56%), Douradina (1,08% e 0,98%) e Fátima do Sul (0,94% e 0,73%).

As maiores quantidades de grãos produzidas foram em Maracaju, Dourados e Ponta Porã com 18,45%; 15,82%; e 13,24% em 2005 e com 20,21%; 13,53%; e 16,15% em 2016. Os municípios com as menores quantidades de soja produzidas foram em Vicentina, Douradina e Fátima do Sul em 2005 com 0,42%; 0,85% e 0,95% e 2016 com 0,32%; 0,91% e 0,69% respectivamente.

A Tabela 05 mostra a quantidade de empregos gerados de 2005 para 2016, de 2005 para a Microrregião representou 26,81% do total gerado por Mato Grosso do Sul. O setor que apresentou a maior variação no número de empregos foi o setor de serviços, com um saldo positivo de 25.440 pessoas empregadas, representando 44,25% do total de empregos gerados da Microrregião de Dourados e em Mato Grosso do Sul representando 28,11% dos empregos no setor de serviços e 11,86% do saldo total do estado.

De acordo com a Tabela 05 o setor industrial foi o segundo mais dinâmico, tendo um saldo positivo 12.760, representando 22,19% de empregos da Microrregião, 31,54% empregos na indústria em MS e 5,95% do total geral de empregos no estado. Em terceiro lugar o setor comercial apresentou crescimento de 11.476 empregos, sendo 19,96% na Microrregião de Dourados, 25,33% e 5,35% respectivamente no setor de comércio e do total geral de empregos do estado.

Tabela 05 – Variação do número de empregos por setor de atividade em Mato Grosso do Sul e na Microrregião de Dourados e seus municípios (2005-2016)

Local	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec.	Outros	Total
Amambai	162	88	-343	268	80	531	27	813
Antônio João	-1	-	64	28	104	194	3	392
Aral Moreira	29	1	290	32	249	360	2	963
Caarapó	261	75	911	453	383	1.303	31	3.417
Douradina	5	4	79	21	-82	13	-	40
Dourados	3.622	842	5.498	20.126	725	-193	-63	30.557
Fátima do Sul	605	-53	247	205	176	-30	5	1.155
Itaporã	-559	-3	424	208	-2	12	204	284
Juti	204	7	72	49	137	74	2	545
Lag. Carapã	2	9	74	2	188	209	1	485
Maracaju	1.448	268	1.198	1.128	149	182	-16	4.357
N. A. do Sul	2.044	-118	425	730	370	-137	3	3.317
Ponta Porã	867	127	1.765	1.499	565	473	48	5.344
Rio Brillhante	3.805	77	720	699	308	-517	-17	5.075
Vicentina	266	-	52	-8	77	358	-	745
Mic Dourados	12.760	1.324	11.476	25.440	3.427	2.832	230	57.489
MS*	40.445	11.018	45.296	90.497	6.261	16.005	4.835	214.357

*Mato Grosso do Sul (MS).

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2005; 2016). Elaborado pela autora.

Entre 2005 e 2016, Dourados foi o maior gerador de empregos, demandou 53,15% de empregos em nível microrregional e 14,25% em nível de MS. Posteriormente o município de Ponta Porã aparece como sendo o segundo maior em números empregatícios (9,29%) apresentando 2,49% em números de empregos do estado. O município de Rio Brillhante surge como sendo o terceiro maior com números de empregos, o qual aparece com um valor de 8,82% sobre a Microrregião e 2,36% em relação a MS (Tabela 05).

Já os municípios de Douradina, Itaporã, Antônio João, tiveram os menores índices de geração de empregos sendo 0,07%; 0,49% e 0,68%, respectivamente. No caso de Itaporã, o município teve um acentuado número de demissões na indústria, contudo o município ficou com o índice positivo, porém abaixo na geração total de empregos no período analisado. Douradina apresentou um número mediano de demissões, que foi na administração pública, entretanto, o município em geral não gerou números elevados de empregos. Antônio João perdeu (-1) empregos na indústria, e também o município não conseguiu impulsionar sua economia, assim o saldo de empregos foi menor.

De acordo com a Tabela 06 a classificação do Índice Firjan de Desenvolvimento na Microrregião de Dourados apresentou um crescimento de 0,625 (2005) para 0,709 (2016)

mantendo o grau de Desenvolvimento Moderado. No estado de Mato Grosso do Sul o índice subiu de 0,615 para 0,697 no mesmo período e manteve a categoria de Desenvolvimento Moderado. No Brasil a classificação mudou de Desenvolvimento Regular (2005) para Desenvolvimento Moderado (2016) com 0,559 e 0,667, respectivamente. Todos os municípios que compõe a Microrregião elevaram seu índice de desenvolvimento no período analisado.

Pela Tabela 06 é possível observar que os três municípios que tiveram o maior grau de desenvolvimento em 2005 foram Maracaju (0,738), Dourados (0,731) e Rio Brilhante (0,720). Em 2016, os municípios foram Rio Brilhante (0,818), Dourados (0,810) e Caarapó (0,758). Já os três municípios menos desenvolvidos foram Antônio João (0,454), Aral Moreira (0,523) e Juti (0,528) em 2005. Em 2016, os municípios de Antônio João (0,598) e Aral Moreira (0,639) permaneceram com índices mais baixos, acompanhado pelo município de Amambai (0,629).

Tabela 06 – Classificação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil, Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005-2016)

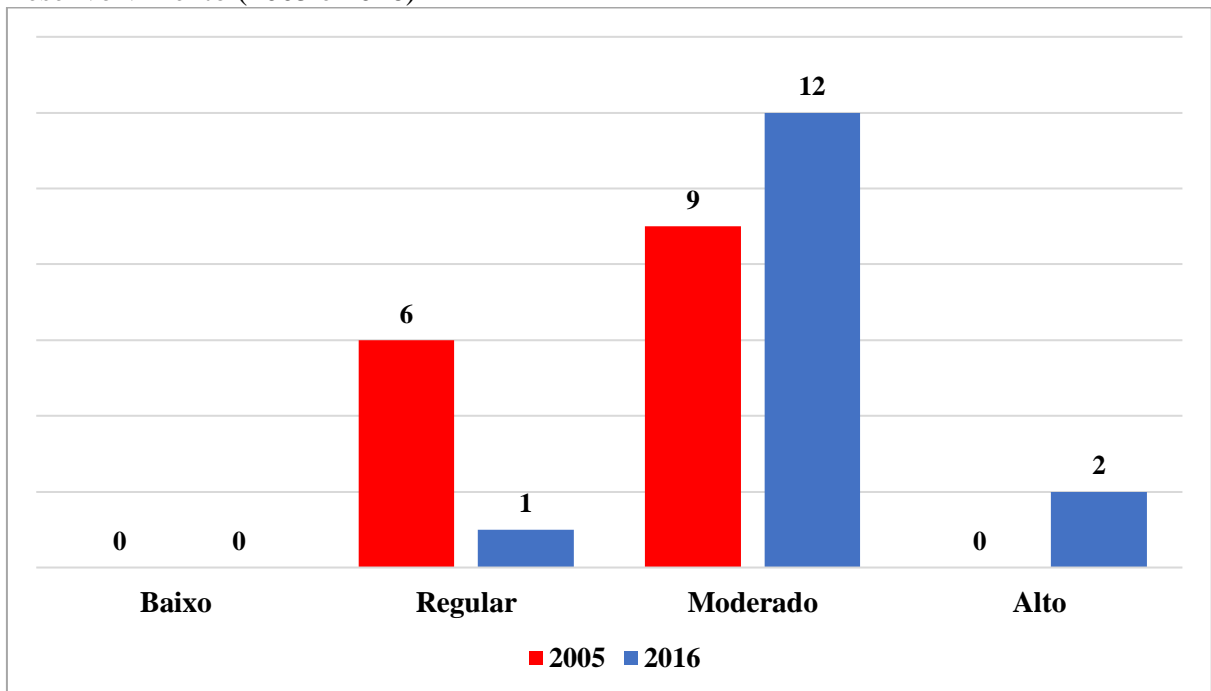
Local	2005		Local	2016	
	IFDM	Grau Desenvolvimento		IFDM	Grau Desenvolvimento
Maracaju	0,7388	Moderado	Rio Brilhante	0,8189	Alto
Dourados	0,7312	Moderado	Dourados	0,8101	Alto
Rio Brilhante	0,7208	Moderado	Caarapó	0,7582	Moderado
Vicentina	0,6903	Moderado	Vicentina	0,7491	Moderado
Nova Alvorada do Sul	0,6873	Moderado	Maracaju	0,7443	Moderado
Itaporã	0,6817	Moderado	Nova Alvorada do Sul	0,7348	Moderado
Caarapó	0,6553	Moderado	Fátima do Sul	0,7261	Moderado
Laguna Carapã	0,6376	Moderado	Itaporã	0,7059	Moderado
Fátima do Sul	0,6157	Moderado	Juti	0,6913	Moderado
Amambai	0,5948	Regular	Douradina	0,6873	Moderado
Ponta Porã	0,5728	Regular	Laguna Carapã	0,6845	Moderado
Douradina	0,5544	Regular	Ponta Porã	0,6686	Moderado
Juti	0,5285	Regular	Aral Moreira	0,6390	Moderado
Aral Moreira	0,5239	Regular	Amambai	0,6295	Moderado
Antônio João	0,4541	Regular	Antônio João	0,5989	Regular
Microrregião de Dourados	0,6258	Moderado	Microrregião de Dourados	0,7098	Moderado
Mato Grosso do Sul	0,6155	Moderado	Mato Grosso do Sul	0,6973	Moderado
Brasil	0,5593	Regular	Brasil	0,6678	Moderado

Fonte: FIRJAN (2018). Elaborado pela autora.

É importante destacar, que os municípios com grau menor de desenvolvimento são municípios limítrofes com o Paraguai e que, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) os municípios fronteiriços possuem pouco dinamismo econômico e social. Por tal motivo, os municípios fronteiriços são considerados pelas políticas públicas como prioritários para ações de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2009).

Segundo O IFDM em 2005 seis municípios (Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Douradina, Juti e Ponta Porã) apresentavam situação de Desenvolvimento Regular. Já em 2016 cinco desses municípios passaram para o nível de Desenvolvimento Moderado, apenas Antônio João continuou na faixa de Desenvolvimento Regular (Figura 01).

Figura 01 – Quantidade de Municípios da Microrregião de Dourados por Grau de Desenvolvimento (2005 e 2016)



Fonte: FIRJAN (2018). Elaborado pela autora.

Observa-se pela Figura 01 que dois municípios tiveram um aumento no grau de desenvolvimento, foram de grau Moderado para grau Alto, sendo os municípios de Dourados e Rio Brillhante. Outro aspecto positivo é o deslocamento de municípios que saíram da condição de Desenvolvimento Regular em 2005 (06 para 01) para Desenvolvimento Moderado (12) e Alto (02) em 2016.

A Tabela 07 a seguir mostra as variáveis que interferem no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal da Microrregião de Dourados. De acordo com o IDFM-

Emprego & Renda de 2005 para 2016 houve um recuo de 0,603 para 0,561 na Microrregião de Dourados, assim como no estado de 0,585 para 0,543 e no país de 0,522 para 0,466, mas ainda a média da Microrregião foi maior do que de MS e Brasil.

Tabela 07 –Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil, Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005-2016)

Local	Emprego & Renda		Educação		Saúde	
	2005	2016	2005	2016	2005	2016
Amambaí	0,6858	0,4997	0,5485	0,7436	0,5501	0,6452
Antônio João	0,3380	0,4535	0,5723	0,7872	0,4520	0,5560
Aral Moreira	0,5227	0,5623	0,4838	0,6637	0,5652	0,6909
Caarapó	0,7076	0,6810	0,6348	0,7591	0,6234	0,8344
Douradina	0,5320	0,4708	0,5486	0,7016	0,5825	0,8895
Dourados	0,7953	0,7668	0,6410	0,7831	0,7571	0,8804
Fátima do Sul	0,5308	0,4817	0,6659	0,8545	0,6505	0,8420
Itaporã	0,5764	0,5136	0,6223	0,7224	0,8463	0,8818
Juti	0,4335	0,5967	0,5084	0,6717	0,6436	0,8054
Laguna Carapã	0,6313	0,5398	0,5723	0,7079	0,7094	0,8057
Maracaju	0,7692	0,6267	0,6360	0,7829	0,8111	0,8233
Nova Alvorada do Sul	0,6283	0,5732	0,6139	0,7903	0,8198	0,8408
Ponta Porã	0,5814	0,4608	0,5677	0,8038	0,5695	0,7412
Rio Brilhante	0,7176	0,7129	0,6146	0,8043	0,8302	0,9395
Vicentina	0,6052	0,4844	0,6770	0,8037	0,7887	0,9593
Microrregião de Dourados	0,6037	0,5616	0,5938	0,7587	0,6800	0,8090
Mato Grosso do Sul	0,5854	0,5436	0,5845	0,7626	0,6767	0,7862
Brasil	0,5227	0,4664	0,5692	0,7689	0,5846	0,7655

Fonte: FIRJAN (2018). Elaborado pela autora.

Os três municípios que obtiveram os maiores índices em 2005 foram Dourados com 0,795; Maracaju com 0,769 e Rio Brilhante com 0,717, e em 2016 Dourados com 0,766; Rio Brilhante 0,712 e Caarapó 0,681. Os municípios com os piores índices em 2005 foram Antônio João com 0,338; Juti com 0,433 e Aral Moreira com 0,522 e em 2016 Antônio João com 0,453, Ponta Porã com 0,460 e Douradina com 0,470. Os três municípios com os piores índices em 2005 foram os únicos a terem uma variação positiva no IFDM Emprego & Renda de 2005 a 2016 (Tabela 07).

Portanto, o IFDM Emprego & Renda recuou tanto em nível municipal, estadual e nacional, o que pode estar relacionado à crise mundial iniciada em 2008 e a crise política

nacional iniciada em 2015¹, que propiciou na baixa geração de emprego formal. Conforme Hailu (2009), as economias em desenvolvimento como o Brasil tendem a ter significativa redução nas exportações e nos fluxos de capitais e baixas receitas no setor de turismo, conseqüentemente, ocorrem perdas de empregos formais aumentando o grau do emprego informal, implicando ainda mais nos problemas sociais e econômicos do país.

Em relação ao IFDM-Educação apresentado na Tabela 07, a média da Microrregião de Dourados em 2005 era de 0,593, estando acima da média estadual de 0,584 e nacional de 0,569, já em 2016 a Microrregião de Dourados aumentou seu índice para 0,758, contudo foi menor do que o aumento de Mato Grosso do Sul (0,762) e do Brasil (0,768).

Os maiores índices em 2005 estavam nos municípios de Vicentina com 0,677; Fátima do Sul 0,665 e Dourados 0,641 e no ano de 2016 em Fátima do Sul com 0,854; Rio Brillhante com 0,804 e Ponta Porã com 0,803. Já os menores índices em 2005 situaram em Aral Moreira com 0,483; Juti com 0,508 e Amambaí com 0,548, e em 2016 novamente Aral Moreira com 0,663, e Juti com 0,671 e Douradina com 0,701.

Percebe-se que os municípios com menores índices educacionais estão relacionados com baixa dinâmica de empregos no setor industrial. Isso significa que como há poucas indústrias na região, a mão de obra com maior qualificação se concentra nos municípios que possuem maior dinamismo no emprego industrial.

Já em relação ao IFDM-Saúde, nota se que é a variável de maior índice em relação às outras analisadas. Em 2005 o IFDM- Saúde da Microrregião era de 0,680, sendo maior do que de MS de 0,676 e Brasil de 0,584 e em 2016 continuou superando a média com 0,809 para a Microrregião, 0,786 estadual e 0,765 nacional. Os municípios com os melhores índices em 2005 era Itaporã (0,846), Rio Brillhante (0,830) e Nova Alvorada do Sul (0,819) e 2016 Vicentina (0,959), Rio Brillhante (0,939) e Douradina (0,889). Já os piores índices estão nos municípios que fazem fronteira com o Paraguai como Antônio João, Amambaí e Aral Moreira, tanto em 2005 como em 2016.

Estes aspectos condizem com a problemática da saúde em municípios fronteiriços, que de acordo com Azevedo (2015) a realidade do atendimento da saúde em regiões de fronteira é complexa, pois há um fluxo de usuários estrangeiros que buscam atendimento do lado brasileiro por questões de melhores condições estruturais. Essas questões não são evidenciadas no repasse do orçamento público da saúde dos municípios, que contabiliza

¹Pode-se referir ao processo de *impeachment* que culminou na queda do Governo Federal em 2016. Dentre os impactos, se destaca o retorno da concentração de renda, o aumento da pobreza monetária e não monetária e a relativa estagnação das condições da educação (BARBOSA, 2018).

somente usuários brasileiros e residentes no próprio município. Evidencia-se, portanto, que são necessárias ações de políticas públicas que consigam abranger essas complexidades no sentido de integrar os povos fronteiriços para solucionar os problemas de saúde de ambas as nações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve por objetivo descrever e analisar as dinâmicas socioeconômicas dos municípios que compõem a Microrregião de Dourados, no período de 2005 a 2016. Pelos dados analisados, foi possível identificar algumas vulnerabilidades sociais e econômicas que dependem do auxílio de políticas públicas para que possibilitem os municípios a dinamizar o emprego e a renda e conseqüentemente seus aspectos sociais.

Constatou-se que o desenvolvimento por muitas vezes é confundido com o crescimento, mas o desenvolvimento vai muito além do aumento de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), Moeda, etc., o desenvolvimento visa o bem-estar das pessoas, ele avalia a qualidade da distribuição de renda e dos serviços oferecidos pelo Estado. Portanto, índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que propõem mensurar variáveis como saúde, educação e renda, tornam-se essenciais para compreender o papel do desenvolvimento socioeconômico de uma região.

Nesse sentido, os municípios que apresentam as piores vulnerabilidades pelo IFDM foram Antônio João, Amambai e Aral Moreira, que possuem um aspecto em comum, de serem municípios limítrofes com o Paraguai e possuem historicamente os piores indicadores sociais e econômicos. No entanto, para a maioria dos municípios da Microrregião, o maior problema constatado foi no IFDM Emprego & Renda que pode ter sido impactado pela crise de 2008 e pela crise política iniciada em 2015.

Os municípios da Microrregião de Dourados com melhor grau de desenvolvimento foram Rio Brilhante, Dourados e Caarapó. O número populacional desses municípios é bem distinto. O melhor indicador está no IFDM Saúde para os três municípios.

No contexto geral os municípios que compõem a Microrregião de Dourados evoluíram no seu desenvolvimento, mas precisa de um olhar mais atencioso do governo estadual pela Microrregião, pois alguns problemas foram mais incisivos quando comparado com o índice do estado. Principalmente no que se referem às adolescentes grávidas, crianças em situações de pobreza extrema, mortalidade infantil e na situação de geração de empregos formais. Uma característica das cidades com IFDM menores é que existe pouca mobilidade de empregos no setor industrial, o que significa que há poucas indústrias instaladas no local e que precisa de incentivo governamental para dinamizar o setor industrial dos municípios e, conseqüentemente, da Microrregião de Dourados.

Os municípios de fronteiras que são cidades gêmeas, no caso da microrregião de Dourados, o município de Ponta Porã tem seu crescimento influenciado pelo país vizinho, e assim o desenvolvimento também, pois os paraguaios fazem uso de serviços brasileiros, porém isso não é contabilizado para o repasse de recursos ao município brasileiro, ou seja, a fronteira em si não é um problema, mas sim a falta de uma melhor adequação na distribuição de recursos, visto que os brasileiros também fazem uso de serviços paraguaios.

Fica como sugestão para pesquisas futuras uma análise comparativa do comportamento de todas as microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul, assim para uma verificação geral de perspectivas de crescimento e desenvolvimento e possíveis carências do estado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S, T. As percepções sobre a saúde na Fronteira Brasil e Paraguai: os Transfronteiriços e o atendimento pelo SUS. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015. **Anais...**Presidente Prudente/SP: XI ENANPEGE, 2015. p. 5.546-5.556.

BARBOSA, L. M. L. H. A evolução recente da distribuição de renda brasileira sob a ótica das estruturas sócio ocupacionais. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/nHvk95> > Acesso em: 20 de junho de 2016.

BARBOSA, R. S. O Impacto do impeachment de 2016 nos indicadores sociais. **Carta Capital**. 13 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-impacto-do-impeachment-de-2016-nos-indicadores-sociais/>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: sumário executivo. Brasília: MI, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MI, 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em:<http://www.firjan.com.br>Acesso em Outubro de 2018.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. In: **Revista Brasileira**. Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 7, n. 1, 73-89, 2005.

HAILU, Degol. A Crise Econômica Global Estorva o Desenvolvimento Humano.Como?**Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)**. N. 95, Setembro de 2009. Disponível em: <https://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager95.pdf>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, v. 1, 1990

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, v. 41, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2018. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em setembro de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. (Nota Técnica, ago. 2006). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 novembro 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

MONTIBELLER, Gilberto. IDSA: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Textos Socioeconômicos**, Florianópolis, jul. 1999.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica**. 1ª Edição. Curitiba: Juruá, 2014. 230p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em outubro de 2018.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller. 1994.

SANTAGADA, Salvatore. (2007). **Indicadores Sociais: Uma primeira abordagem social e histórica**, Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113 - 142, julho/Dezembro.

SANTOS, A. M.; NORILLER, R. M.; CORRÊA, A. S. **Análise do perfil da saúde pública em Mato Grosso do Sul: um estudo da Microrregião de Dourados**. In: IV Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional, 04., 2018, Toledo/PR. **Anais...Unioeste**, Campus Toledo, 2018. Disponível em: <http://sider.aranduassu.net/?page_id=264> . Acesso em dezembro de 2018.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. de M.; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. R. P. **Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set.2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. ver. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THOMAS, Vinod. et al. **A qualidade do crescimento**. Ed. UNESP, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; PINHO, Diva Benevides. **Manual de Economia:** Equipe de Professores da USP, 5ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, E. T. Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. (**Tese de Doutorado**) Doutorado em História Econômica. USP.2009.